**ATA DA 1148ª REUNIÃO DA
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA
REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA**

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, com a presença dos Senhores Maurício Couto Cesar Junior (Presidente), Renato Jordão Bussiere (INEA/PRES) José Dias da Silva (INEA/VICE), Juliana Lucia Avila (INEA/DIRLAM), Liliane Figueiredo da Silva (SEFAZ), Pedro Igor Veillard Farias (SEDEICS), Rodrigo Puccini Marques (DRM), Marcos Fernandez (UERJ), Alexandre Guimarães da Almeida Couto Cesar (PGE), Paulo Henrique Pereira Reis (CEDAE), Jorge Peron Mendes e Viviane Guimarães Lopes Parente (FIRJAN), Josivan Cardoso Moreno (CREA), Douglas da Silva Moraes do Nascimento (ANAMMA) e Rogério Geraldo Rocco (IBAMA). Sob a presidência do primeiro, tem início a presente sessão da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA. Passando à ORDEM DO DIA, são examinados os seguintes assuntos: **1) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após discussão, a Ata da reunião anterior é aprovada. **2) PROCESSO SEI-070002/021280/2024 - AMR BRASIL OPERADORA PORTUARIA LTDA:** Após exposição feita pelo representante da DIRLAM/INEA, o representante da UERJ manifesta sua preocupação em relação ao aumento na movimentação de caminhões, com cargas pesadas e com os acessos da área portuária, o representante do INEA, esclarece sobre a movimentação e quanto aos acessos que serão utilizados para a operação do terminal. Colocada em votação, considerando o Parecer Técnico de Deferimento dos Instrumentos de Controle Ambiental nº INEA/SERVLIDPT/1134/2025, da GERLANI/DILAM/INEA, a CECA, por unanimidade, delibera pela expedição da Licença de Operação – LO para operação portuária de embarque, desembarque, movimentação e armazenamento de cargas em geral (exceto combustível de produtos inflamáveis), sob a administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), utilizando equipamentos móveis ou das próprias embarcações para a realização de atividades, restringindo-se as cargas, granéis sólidos gerais (cloreto de potássio, concentrado sulfetado de chumbo, concentrado sulfetado de cobre, concentrado de sulfato de zinco, carepa, trigo, bauxita, silício metálico, concentrado de zinco, malte e sulfato de cálcio /gypsita), granéis sólidos para processos siderúrgicos (ferro-silício manganês, carbetto de silício, minério de ferro, ferro gusa e silício metálico) e cargas siderúrgicas e metalúrgicas (vergalhão, rolo de arame, barra redonda, billet, estruturas e tubos), localizada dentro da Área Pública do Porto do Rio do Janeiro. O prazo de validade da Licença de Operação deverá ser de 06 (seis) anos. **3) PROCESSO SEI-070008/000099/2023 – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA:** Após exposição feita pelo representante da SUPLAJ/INEA, o representante da UERJ manifesta sua preocupação em relação ao monitoramento dos metais pesados, cobre, chumbo, mercúrio e zinco por conta da dragagem em relação às áreas urbanas próximas, sendo esclarecido pelo representante da SUPLAJ, que existe monitoramento e que esses metais estão dentro dos limites aceitáveis. Colocada em votação, considerando o Parecer Técnico de Deferimento dos Instrumentos de Controle Ambiental nº INEA/SERVLLAJPT/1092/2025, da SERVLLAJ/INEA, a CECA, por unanimidade, delibera pela expedição da Renovação da Licença de Instalação – LI nº IN049477 para as intervenções de dragagem de manutenção e dragagem ambiental, com volume total aproximado de 485.000 m³, localizada no Canal do Itajuru e na Laguna de Araruama, nos Municípios de Araruama, Saquarema, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo. O prazo de validade da Licença de Instalação deverá ser de 6 (seis) anos. **4) PROCESSO SEI-070002/001582/2025 – REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. – REFIT:** Após exposição feita pelo representante da DIRLAM/INEA, que submeteu o processo para deliberar quanto a possível dispensa do EIA/RIMA com base no artigo 5o, no artigo 1o Inciso 5º da 1.356/88, bem como a expedição da Licença Ambiental Integrada – LAI, foi passada a palavra para os Conselheiros para que tirem suas dúvidas em relação ao projeto e a deliberação que será expedida, o representante da FIRJAN questionou a necessidade da dispensa do EIA, uma vez que seria expedida a Licença Ambiental Integrada – LAI, em ato contínuo. O representante da procuradoria do INEA, esclareceu que se fazia necessária a manifestação da CECA, quanto a dispensa, tendo em vista o seu enquadramento pela NOP nº. 46 do INEA. Colocado em votação o plenário CECA, decide por 12 votos a favor e um contrário (IBAMA), pelo reconhecimento da desnecessidade da apresentação do EIA, e pela expedição da LAI, considerando que a empresa desenvolve suas atividades operacionais

no local desde 1954 e encontra se instalada em Macrozona de Ocupação Incentivada, Zona Industrial 1, segundo o Decreto nº 322, de 03/03/1976, e Lei Complementar nº 111, de 01/02/2011, que o principal aspecto ambiental da atividade objeto do requerimento está diretamente relacionado ao risco tecnológico, por se tratar do armazenamento de substâncias inflamáveis e combustíveis (álcool, gasolina e naftas), das Classes I e II, que a empresa apresentou Estudo de Análise de Risco atualizado, contemplando o novo cenário previsto a partir da instalação dos novos tanques, que os riscos para a população circunvizinha ao empreendimento são considerados toleráveis e o Parecer Técnico de Licença Ambiental Integrada nº 019/2025, da GERLIN/DILAM/INEA, a CECA, deliberando assim pela pelo reconhecimento da desnecessidade da apresentação de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para instalação de 13 (treze) novos tanques de armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis, com capacidade total de 116.061,77 m³, ocupando uma área de 14.308 m² e de nova área de carregamento com 29.692 m², localizada na Avenida Brasil nº 3.141, Benfica, Município do Rio de Janeiro e pela expedição da Licença Ambiental Integrada – LAI. O prazo de validade da Licença Ambiental Integrada – LAI deve ser de 6 (seis) anos. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lavre a presente Ata, que é assinada por ele e por mim, Ana Cláudia dos Santos Campos, Assistente da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA. Rio de Janeiro, 08 de março de 2025.